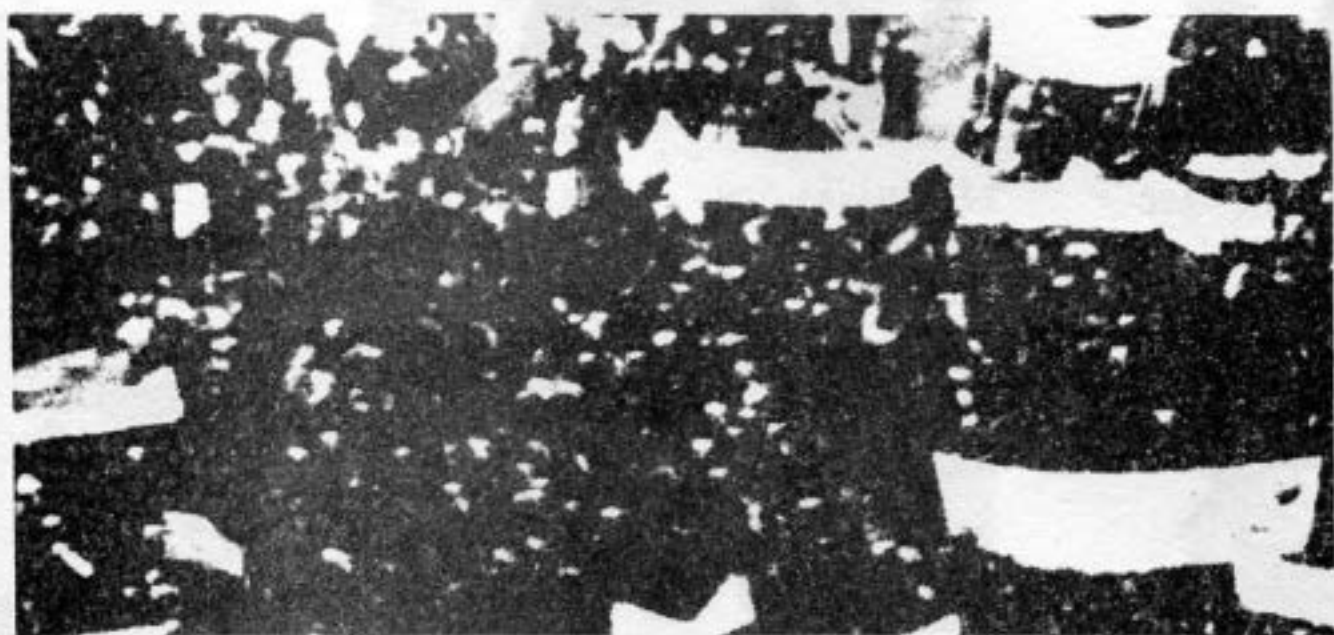


lista **C**

UNIR OS

ESTUDANTES



DEMOCRATIZAR

A ESCOLA

1975

DIRECÇÃO GERAL EFECTIVA



Martins-49C



Jorge Pratas-49M



Luis Rosário
39 C



Gil- 39 D



Henrique
Figueira- 49C



Elsa Vasco-39M



Eldad Mário-59D

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL EFECTIVA



Gabriel-29L



Júlio Roldão-29D



José Amaro-59D



Bandeira-39M

CONSELHO FISCAL EFECTIVO



Vergílio-49C



Lina-39L



Caseiro Alves-39D

LISTA CANDIDATA À ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DA A.A.C.

1974/1975

LISTA EFECTIVA

Direcção:

Martins - 49 ano de Ciências
Jorge Pratas - 49 ano de Medicina
Luis Rosário - 39 ano de Ciências
Gil - 39 ano de Direito
Henrique Figueira - 49 ano de Ciências
Elsa Vasco - 39 ano de Medicina
Eldad Mário - 59 ano de Direito

Mesa da Assembleia Geral:

Gabriel - 29 ano de Letras
Júlio Roldão - 29 ano de Direito
José Amaro - 59 ano de Direito
Bandeira - 39 ano de Medicina

Conselho Fiscal:

Vergílio - 49 ano de Ciências
Lina - 39 ano de Letras
Caseiro Alves - 39 ano de Direito

LISTA SUBSTITUTA

Direcção:

Seabra - 39 ano de Ciências
António Rodrigues - 39 ano de Medicina
Dourado - 39 ano de Ciências
Guida Viegas - 39 ano de Ciências
Judite Castro - 49 ano de Letras
Lígia - 29 ano de Economia
Eduardo Castro - 39 ano de Ciências

Mesa da Assembleia Geral:

Múrias - 49 ano de Letras
Carlos Ferrer - 29 ano de Direito
Isabel Roldão - 39 ano de Ciências
Paulo Vasco - 49 ano de Medicina

Conselho Fiscal:

Santos - 39 ano de Ciências
Glória - 49 ano de Ciências
Paula Figueiredo - 49 ano de Direito

ÍNDICE

	Pág.
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR O ENSINO	5
POR UMA NOVA PRÁTICA ASSOCIATIVA.....	7
- O CARÁCTER E A RELEVÂNCIA DAS LUTAS ESTUDANTIS SOB O FASCIS- MO.	7
- A SITUAÇÃO QUE HOJE SE VIVE NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO	7
- PERSPECTIVAS PARA A ACÇÃO - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	8
- O PAPEL DAS MASSAS ESTUDANTIS NO REFORÇO DO M.A.	9
- OS PRINCÍPIOS DO M.A.	10
- ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL- NECESSIDADE DAS ESTRUTURAS INTERMÉ- DIAS	12
- A DIRECÇÃO GERAL - SEU FUNCIONAMENTO	13
- ASSEMBLEIA MAGNA - ORGÃO MÁXIMO DE DECISÃO ESTUDANTIL	14
- A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES PORTUGUESES	15
A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	18
- O ENSINO HOJE	18
- UNIDADE EM TORNO DE OBJECTIVOS COMUNS	19
- PASSOS JÁ DADOS EM FRENTE	20
- QUE FAZER ?	20
- AS ESCOLAS NAS RUAS E AS RUAS NAS ESCOLAS	22

- PARALIZAR OU DEMOCRATIZAR AS ESCOLAS	Pág. 24
--	------------

A AAC, FORMA SUPERIOR DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA	26
- A AAC, CENTRO IRRADIADOR DE CULTURA POPULAR	26
- SECÇÕES CULTURAIS, ORGANISMOS AUTONOMOS, C.CULTURAL	27
- DEPARTAMENTOS ASSOCIATIVOS	29
- A AAC NA LUTA POR UM DESPORTO DE MASSAS	30
- CONSELHO DESPORTIVO	32
- SECÇÕES DESPORTIVAS NUMA PERSPECTIVA FEDERATIVA DAS AAEE .	33
- OS SERVIÇOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	34

*
*
*
*

UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA

Surge esta lista como fruto da necessidade de intervirmos no M.A.. Somos um grupo mais ou menos amplo em que se integram estudantes comunistas, e outros democratas com e sem partido.

Temos um objectivo comum: procurar com o nosso contributo clarificar algumas questões que têm surgido no seio do M.A.. Não apresentamos um programa partidário; o texto que trazemos à consideração dos estudantes de Coimbra e que nos propomos defender, e levar à prática se formos eleitos, foi construído na perspectiva de transformar o M.A. num movimento unitário e de massas; também não é um programa acabado, pois parece-nos que um programa associativo não pode ser qualquer coisa de estático que é aprovado no início do ano e que depois é aplicado pela Direcção Associativa. Ele deve traçar as linhas gerais de actuação.

Os estudantes em cada momento devem decidir sobre as questões que se lhes colocam e a D.G. deve ser essencialmente a executora dessas mesmas decisões.

Para isso propomos formas de organização adequadas à nova situação política que vivemos, e um novo conteúdo para o Movimento Associativo.

Por isso - UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA - significa criar uma organização estudantil forte e estável, dotar o M.A. dos meios materiais necessários, dar-lhe um conteúdo que se identifique com as reais aspirações estudantis.

DEMOCRATIZAR A ESCOLA - é uma dessas reais aspirações dos estudantes, é um ponto de unidade de toda a Academia, mas não será concretizável

se os estudantes não se unirem e organizarem.

Para nós o M.A. não pode ser o conjunto de todas as tendências políticas que actuam no seio dos estudantes, ou uma coligação dessas tendências. Ele pode e deve ser o conjunto dos estudantes organizados na luta por objectivos comuns.

Não quer isto dizer que cada grupo não possa apresentar as suas propostas e que não deva haver discussão política, mas esta só dará os seus frutos se for efectivamente virada para a acção.

Lutamos por um M.A. forte e unitário porque sabemos que isso é do interesse da massa estudantil, porque é o melhor meio que os estudantes dispõem de se colocarem ao lado do povo português, na sua luta contra a exploração e pela concretização de uma sociedade mais justa.



POR UMA NOVA PRÁTICA ASSOCIATIVA

O CARÁCTER E A RELEVÂNCIA DAS LUTAS ESTUDANTIS SOB O FASCISMO

O M.A., conquista dos estudantes portugueses, foi o principal instrumento que lhes permitiu integrarem-se na frente popular de luta contra a ditadura fascista.

Tendo como plataforma política de unidade o anti-fascismos e o anti-colonialismo, aglutinando-se em volta das suas AAEE, os estudantes conseguiram levar a cabo iniciativas amplamente mobilizadoras que conferiram ao M.A. o carácter massivo que o levou a desempenhar tão importante papel.

A SITUAÇÃO QUE HOJE SE VIVE NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

- Degradação do M.A. a todos os níveis.
- Desaparecimento do papel aglutinador e mobilizador das AAEE.
- Diminuição da capacidade de intervenção do M.A. na vida política

Hoje, porém, assiste-se a uma degradação progressiva do M.A. a todos os níveis, passando pela inexistência de estruturas organizativas estáveis e regulamentadas, pelo descrédito e desprestígio em que têm caído os órgãos de decisão colectiva, fruto de discussões estéreis que nada dizem aos estudantes nem nada contribuem para a sua unidade, acabando no progressivo desaparecimento do papel aglutinador das AAEE e na diminuição da sua capacidade de intervenção a outros níveis que não os estritamente associativos. Desta situação caótica, em que os estudantes não possuem meios de cumprir as tarefas que se lhes deparam, e que as massas populares lhes exigem, decorre o descrédito em que o M.A. tem vindo a cair progressivamente

perante a opinião pública.

Três ordens de razões fundamentais estão na origem desta situação:

1º - A evolução da situação política, com o derrubamento da ditadura fascista e o avanço firme do processo de descolonização, fez esbaterem-se os pontos de unidade política dos estudantes, o anti-fascismo e o anti-colonialismo;

2º - A institucionalização das liberdades democráticas veio possibilitar a intervenção aberta de grupos políticos no seio do M.A., intervenção essa que, pelo modo como foi conduzida, longe de contribuir para o reforço da unidade estudantil em torno dos objectivos comuns, se traduziu pela discussão vazia e desmobilizadora, tantas vezes caluniosa;

3º - A inexistência de estruturas organizativas que, sabendo aproveitar e orientar o amplo debate então surgido, pudessem definir uma orientação para o M.A. com base na unidade de todos os estudantes na luta pela consecução de objectivos comuns, impedindo ao mesmo tempo as constantes ultrapassagens, efectuadas por alguns daqueles grupos políticos, das normas democráticas e das estruturas associativas características do M.A..

PERSPECTIVAS PARA A ACÇÃO - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

- Alteração radical de todas as estruturas, métodos e conteúdo do ensino.
- Acesso ao ensino às mais vastas camadas populacionais.
- Ligação do ensino à vida prática.
- Mudança radical da política cultural, desportiva e de prestação de serviços.
- O conteúdo do M.A. tem de ser encontrado em tudo aquilo que una e mobilize os estudantes e não naquilo que os divida.

A defesa dos interesses do grupo social estudantil passa pela radical alteração de toda a estrutura de ensino, que, longe de servir apenas aqueles interesses, vai corresponder às reais aspirações das massas populares. De facto, no campo pedagógico, a modificação profunda dos critérios de acesso ao ensino, dos conteúdos e dos métodos até aqui tradicionalmente usados virão a beneficiar não só a actual população estudantil, mas também, e sobretudo aqueles que, com estas modificações, poderão vir a usufruir de um ensino aberto a amplas camadas populacionais e adequado às realidades e necessidades da vida prática. Estas alterações no campo pedagógico só se ráo eficazmente realizadas se forem acompanhadas, também, por uma mudança radical nos campos cultural, desportivo e de prestação de serviços. Neste último ponto, amplas perspectivas se abrem aos estudantes de participarem activamente e com peso decisivo na gestão dos Serviços Sociais na definição da política de assistência social, etc..

O conteúdo do M.A. tem que ser encontrado em tudo aquilo que una e mobilize as massas estudantis e não naquilo que as divide.

O PAPEL DAS MASSAS ESTUDANTIS NO REFORÇO DO M.A.

- Ampla participação dos estudantes nos debates e resoluções colectivas.
- Criação de formas organizativas adequadas à nova situação política.
- Carácter unitário, de massas, do M.A..

A resolução de todos estes problemas, porém, passa necessariamente pela ampla participação dos estudantes na definição das grandes linhas orientadoras das alterações referidas. Só assim as alterações encontradas, correspondendo ao sentir da maioria, e correctamente perspectivadas, se enquadram na orientação definida pelas massas populares para a consecução dos seus objectivos, particularmente na definição de uma política de ensino que sirva os interesses do povo.

A vasta participação dos estudantes nos debates e resoluções colectivas passa, por sua vez, pela criação de formas organizativas capazes de interpretar e concretizar as decisões maioritariamente tomadas e garantir um processo de representação estudantil genuína.

Esta estruturação, levada a cabo em todos os níveis de decisão colectiva, será o suporte e o garante da existência de um M.A. que congregue amplas massas estudantis em torno de objectivos comuns, constituindo estes a base de unidade fundamental para avançar para a democratização do ensino para o fomento cultural e desportivo, para todas as tarefas que prioritariamente se colocam aos estudantes, no seu interesse próprio e do de mais vastos sectores da população.

Assim, para garantir o carácter unitário e de massas do movimento associativo devem salvaguardar-se os seguintes pontos fundamentais:

- Fundamentação da existência do M.A. e da prática associativa a todos os níveis nos princípios da *arreligiosidade, apartidarismo, unicidade, representatividade e democraticidade*.

- Criação de formas organizativas que representem os estudantes e executem as deliberações colectivamente tomadas por eles, façam respeitar os princípios atrás enumerados com a perspectiva de que são eles a base da unidade estudantil, se rejam por normas claramente definidas, e respeitadas, que lhes confirmem um carácter de estabilidade necessária ao desempenho efectivo das suas funções.

OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

- - Só pela defesa intransigente dos princípios do M.A. será possível assegurar a unidade entre os estudantes e transformar o M.A. no meio de expressão colectiva e organizado dos estudantes.
- Conferir ao M.A. poder de intervenção a todos os níveis dentro ou fora da Escola.

Deve ser da própria natureza do Movimento Associativo e das AAEE e sua *democraticidade*, que assegura a eleição de todos os cargos dirigentes, que implica a participação activa na vida associativa, que dá extensão ao poder deliberativo de todos os estudantes.

A *unicidade* e a *representatividade* significam que todos os estudantes apenas podem delegar a execução das suas decisões em estruturas unitárias, que os representem colectivamente e não a este ou àquele grupo; a *unicidade* do M.A. é feita na acção e construída de amplas realizações que mobilizem as massas estudantis na luta pelos seus objectivos, aspirações e reivindicações.

Só os três princípios atrás enunciados permitem que os estudantes participem na vida associativa, desde os debates nos cursos até às acções concretas a nível da Associação, confiando nas suas estruturas representativas, na eficácia dos processos de decisão, na justeza das orientações colectivamente definidas, não podendo esquecer-se a natural divergência de pontos de vista política e religiosa entre eles. O *apartidarismo* e a *arreligiosidade* garantem que não será quebrada a unidade dos estudantes (baseada na concretização dos objectivos comuns por eles próprios determinados) porque o M.A. não poderá perfilhar qualquer programa do partido político ou crença religiosa. Devem ser os estudantes colectivamente a decidir sobre todas as questões sobre as quais acham dever tomar posição, inclusivamente no plano político, impedindo que qualquer grupo o faça em seu nome.

Só deste modo a unidade entre todos os estudantes será assegurada, e o Movimento Associativo manter-se-á o meio da expressão colectiva e organizada dos estudantes, conferindo-lhes poder de intervenção a todos os níveis, dentro ou fora da Escola.

ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL - NECESSIDADE DAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS

- As tarefas que urge levar a cabo não se compadecem com a inexistência ou debilidade das actuais estruturas organizativas.
- Existência de estruturas que possibilitem a ligação da A.A.C. às Faculdades e aos Cursos, que confirmem uma verdadeira representatividade a todas as decisões tomadas pela D.G..
- Necessidade de uma prática democrática estável que garanta a participação de todos em todas as decisões.

Actualmente os estudantes são chamados a participar activamente na vida da Escola, tanto ao nível da gestão como da definição das normas para o funcionamento do ensino que lhe é ministrado. *Representa esta situação uma grande conquista das massas estudantis que lutavam por ela já desde há muito sob o fascismo.* No entanto, as tarefas primordiais que urge levar a cabo na democratização da Escola não se compadecem nem com a inexistência ou a debilidade das estruturas organizativas, nem com os passos imediatos que já foram dados naquele domínio. Esta falta de perspectivas na efectivação de profundas transformações no ensino e na Escola é, aliás, também fruto daquela debilidade organizativa que impede tanto a tomada de consciência do grau de importância das tarefas a desempenhar como a definição colectiva pelos estudantes dos meios de acção que lhes permitam contribuir para a resolução das principais questões ligadas à democratização da Escola.

Por outro lado, se a Associação deve passar a desempenhar efectivamente o papel de órgão máximo representativo dos estudantes e de aglutinador destes em torno das questões do seu interesse, deve a sua Direcção dar cumprimento às decisões colectivas, interpretando a vontade da maioria. Para tal necessita de estar ligada organicamente a todos os estudantes, única forma de saber a todo o momento fazer aguda interpretação e, ao mesmo tempo, ser eficazmente controlada na sua actividade pelos estudantes.

Assim, a existência de organização a todos os níveis de decisão, desde os cursos e as Faculdades até à Academia em geral, que se dividam pelas tarefas de gestão, de transformação do ensino e de ligação à Associa-

ção virá responder a todas as necessidades em cada momento e permitir que os estudantes retomem o seu papel de interveniente organizado, progressista, em todas as questões da vida nacional e ganhem uma consciência mais forte da necessidade e utilidade de uma prática democrática estável que garanta a participação de todos em todas as decisões.

A DIRECÇÃO GERAL - SEU FUNCIONAMENTO

- A D.G. deve ser a fiel executora das vontades dos estudantes.
- Estreito contacto entre a D.G. e os estudantes. Existência de estruturas que possibilitem um firme controle dos estudantes face à actividade da D.G.

Como Direcção do órgão máximo representativo dos estudantes (a Associação) a Direcção Geral deve ser a *fiel executora* da vontade daqueles. Esta execução deve fazer-se dando cumprimento ao programa aprovado pela maioria nas eleições, sabendo, ao mesmo tempo, através de uma consulta permanente a todos os estudantes, garantida pela existência de estruturas intermédias de representatividade directa e directamente controladas por eles, interpretar a vontade dos estudantes em todas as questões.

A Direcção Geral deve consultar a Assembleia Magna sempre que surjam questões que, transcendam o âmbito do programa aprovado, ou simplesmente necessitem da aprovação pelo órgão decisivo máximo, depois de amplamente debatidas pelos estudantes em todos os níveis organizativos.

A Direcção Geral, como todas as estruturas representativas, é a todo o momento amovível. Para um melhor controle pelos estudantes muito contribuirão as estruturas intermédias, que deverão, representando o sentir dos estudantes a cada momento, exercer vigilância sobre a actividade da D.G., obstando a que esta se desvie do cumprimento do programa aprovado pelos estudantes ou se esquive a pesar devidamente as opiniões da massa estu

dantil. A elas competirá convocar ou requerer a convocação de Assembleias Magnas, segundo normas a determinar pelos estudantes sempre que aqueles desvios se verifiquem.

ASSEMBLEIA MAGNA - ORGÃO MÁXIMO DE DECISÃO ESTUDANTIL

- Prestigiar e dar eficiência à Assembleia Magna.
- Criar estruturas organizativas intermédias.
- Democraticidade e representatividade.

O funcionamento das Assembleias Magnas tem reflectido muito fielmente a actual situação do Movimento Associativo em Coimbra.

Discussões estêreis, frequentemente caluniosas, dando cada vez mais a imagem de que o M.A. passou definitivamente a ser cena de guerrilhas partidárias, que nada dizem à maioria dos estudantes e contribuem fortemente para a desagregação de todo o M.A., para perda do interesse dos estudantes pelo trabalho colectivo na base de interesses comuns.

Se sectarismo de certos grupos que são quem fomenta aquele tipo de discussão vazia e sem objectivos, foi determinante no processo de descrédito progressivo das Assembleias Magnas, não foi menos importante a ausência de estruturas organizativas intermédias.

Estas teriam permitido muitas vezes dispensar a recorrência ao órgão máximo de decisão e, em caso de ser necessário recorrer a ele, resultariam um esclarecimento prévio das questões pela ampla discussão a todos os níveis orgânicos associativos. Tornar-se-ia muito mais eficaz o funcionamento da Assembleia Magna se, em vez de propostas individuais surgissem propostas aprovadas em reuniões representativas, que pressupunham toda uma discussão vastamente participada e clarificadora. Evitar-se-ia o debate estéril, longo, desmobilizador, e as decisões sobre as questões que a maioria nunca discute. Evitar-se-ia, enfim, o descrédito da Assembleia Magna,

e conferir-lhe-ia o carácter de "solenidade" que de facto deve possuir, como órgão máximo representativo das posições de uma Academia com 10 000 estudantes.

Assim, no sentido de garantir a máxima democraticidade e uma verdadeira representatividade ao órgão máximo deliberativo dos estudantes de Coimbra, pensamos que é necessária a existência de normas mínimas que regulatem o seu funcionamento.

A necessidade de um quorum mínimo para a realização da Assembleia Magna, longe de ser um meio burocrático que impeça o seu funcionamento é a única maneira de garantir uma real representatividade a todas as decisões aí tomadas e impedir que um reduzido número de estudantes tomem posições em nome da Academia.

Se durante o fascismo, em determinadas situações, a repressão se fazia abater com mais violência, foi necessário, para a não paralização do M.A., que as estruturas associativas e os órgãos deliberativos dos estudantes, apesar da escassa participação da massa estudantil, fossem mantidos, pensamos que hoje estão criadas condições para a participação massiva dos estudantes na definição e concretização dos seus objectivos de luta e na eleição das suas estruturas representativas.

Até à aprovação de uns novos Estatutos onde virá expressa toda a regulamentação das estruturas associativas, defendemos a necessidade de um quorum de 1 000 estudantes para a realização das Assembleias Magnas, como foi aprovado pelos estudantes de Coimbra em Maio de 1974.

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES PORTUGUESES

- A unidade como condição de força e poder de intervenção
- A U.N.E.P. será aquilo que os estudantes quiserem.
- A Comissão Pró-U.N.E.P. e o seu papel aglutinador e dinamizador

SUA NECESSIDADE:

A actual situação política não se compadece com organizaçõezinhas. Quer isto dizer que a necessidade da criação de um órgão que apresente todos os estudantes portugueses a nível nacional, para que estes possam levar a cabo eficazmente o cumprimento das grandes tarefas que se lhes põem neste momento da democratização do ensino, de participação do ensino, de participação na definição da política de assistência social, de fomento cultural e desportivo, se torna evidente.

Um órgão coordenador da actividade associativa a nível nacional, que dê corpo à vontade e às iniciativas dos estudantes, que seja meio de expressão organizada e que os estudantes disponham para intervir em todas as questões que lhes digam respeito, com o peso da representatividade de centenas de milhares de pessoas, que permita o lançamento organizado de iniciativas tendentes a libertar os estudantes do seu isolamento das massas populares e dos seus problemas, que estabeleça os contactos e o intercâmbio com os estudantes de todo o mundo através das suas organizações nacionais, é mais que uma aspiração velha, é uma necessidade.

Só combate a criação da UNEP quem não está interessado na organização dos estudantes. Quem pretende ver os estudantes afastados das lutas populares, quem tem medo da grande força política que será milhares e milhares de estudantes congregados numa mesma organização defendendo posições progressistas dentro e fora da Escola. Quem combate a criação da UNEP é a reação, procurando criar organizações estudantis nacionais e subordinadas aos interesses de grupos que mais não representam que posições minoritárias no seio dos estudantes.

É neste sentido que surgem a FREP e a UPEL, organizações que de facto nada têm a ver com o M.A. unitário e de massas.

MODO DE CONSTITUIÇÃO:

- Porém, a sua representatividade e a capacidade para dar expressão

à vontade estudantil, passa pela ampla discussão dos processos que irão conduzir à sua discussão. Só depois de um *amplo debate nacional*, no qual desempenharão importantíssimo papel as estruturas organizativas intermédias como bases promotoras da discussão, ~~em que os estudantes definam os moldes em que a UNEP se irá formar e funcionar, se poderá passar à concretização dos processos conducentes à sua constituição.~~ Finalizando talvez com um Congresso Nacional de todos os estudantes do país, de representatividade directa, ~~esses processos darão corpo à aspiração e à necessidade que já há muito se faz sentir~~ a realidade e além do mais porque, sentindo as suas necessidades actuais, já modelavam pelas suas mãos os primeiros passos da democratização do ensino.

O PAPEL DA COMISSÃO Pró-UNEP:

- Aprovada a sua constituição no Encontro Nacional de Direcções Associativas em 2-6-1974, a Comissão Pró-UNEP tem como missão fundamental incentivar e dinamizar o processo de constituição da futura UNEP. Formada por representantes das Direcções Associativas existentes sem no entanto se reclamar de representativa dos estudantes, ~~aquela Comissão tem desenvolvido, entre outras iniciativas, campanhas cívicas de Alfabetização e Educação Sanitária, e tem tido um papel muito importante no surgimento do M.A. nas escolas onde ele não existia, especialmente na província. Tem também~~ ançado as bases dos contactos a nível internacional que poderão servir de base às futuras ligações da UNEP com outras organizações nacionais e estudantis.

É a Comissão Pró-UNEP um valioso instrumento nas mãos das Direcções Associativas, nos contactos com o poder constituído e na ligação entre os estudantes de todo o país, no momento em que ainda não conseguimos avançar na construção da UNEP. Não poderá ser, em nenhum caso, uma estrutura representativa dos estudantes portugueses pelo seu modo de constituição; mas poderá e deverá perspectivar e desenvolver iniciativas e lutas que só a nível nacional tenham significado.

SABEM que menos de 50% de jovens tem acesso ao ensino secundário

entrando o restante no mercado de trabalho.

SABEM que o filtro da dupla via do ensino secundário conduz a uma

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

O que era o ensino fascista ? Esta é uma pergunta à qual os estudantes já responderam. Os estudantes conhecem a resposta porque viveram essa realidade e além do mais porque, sentindo as suas repercussões actuais, já modelaram pelas suas mãos os primeiros passos da democratização do ensino.

O ENSINO HOJE

- Alheamento da vida prática.
- Acesso seleccionado em detrimento dos filhos dos trabalhadores.
- Baixo nível de ensino.
- Mais de 30% de analfabetismo.

OS ESTUDANTES DEPARAM com as escolas alheadas da vida do país, sem participação na vida colectiva da sociedade.

DEPARAM com uma estrutura bem adaptada à mais feroz selecção de classe, desde os escalões básicos até ao ensino superior.

SABEM que o ensino pré-primário, de iniciativa privada, só é acessível a uma minoria previligiada de crianças.

SABEM que a escolaridade, dita obrigatória, é deficiente e que impõe grandes sacrifícios aos filhos de trabalhadores, em especial nos meios rurais.

SABEM que menos de 50% de jovens tem acesso ao ensino secundário entrando o restante no mercado de trabalho.

SABEM que o filtro da dupla via do ensino secundário conduz a uma

Universidade com participação ínfima de filhos de trabalhadores.

CONHECEM o baixo nível de ensino que é ministrado em todas as escolas por que passaram e as suas péssimas características pedagógicas e de apoio social.

MAS SABEM TAMBÉM que mais de 30% da população é analfabeta e o que tal significa na capacidade de mobilização acelerada da sociedade portuguesa.

Este espectáculo que, em breve análise, se oferece às massas estudantis.

UNIDADE EM TORNO DE OBJECTIVOS COMUNS

- A unidade constrói-se na acção, lutando por objectivos comuns a todos os estudantes.

Os estudantes portugueses sentem profundamente que é seu papel dar uma resposta enérgica a todos os obstáculos, na intimidade das escolas e na sua articulação com as realidades do País, de acordo com os objectivos traçados pelo Povo Português.

Sentem que só o poderão fazer de forma organizada através de uma unidade maciça forjada na acção e nos objectivos comuns.

Sentem que esta unidade é possível devido à existência de objectivos altamente mobilizadores da massa estudantil.

Sentem que só não é possível unidade com reaccionários e com todos os que, não o sendo, a eles se aliam, pela sua actividade de sapa da democratização do ensino, do avanço organizado dos estudantes e da sua ligação aos objectivos mais gerais do Povo Português.

PASSOS JÁ DADOS EM FRENTE

- Saneamento iniciado.
- Gestão democrática das escolas.
- Reestruturação pedagógica.
- Início da ligação da escola à vida através das campanhas cívicas de alfabetização e educação sanitária.

Alguns avanços, encarados como germens da democratização das escolas, foram já iniciados.

Sobressaiem: O SANEAMENTO das estruturas escolares, passo importante na desfascização do ensino e na sua democratização; A GESTÃO DEMOCRÁTICA dos estabelecimentos escolares, com participação paritária de estudantes, professores e funcionários; A REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS e métodos de ensino; A ORGANIZAÇÃO DE CAMPANHAS políticas nacionais (Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária), primeiro passo na LIGAÇÃO DA ESCOLA À VIDA e na participação estudantil no lançamento das infraestruturas sociais e culturais mais urgentes da população portuguesa.

QUE FAZER ?

- Aplicar soluções de fundo e não remendos.
- Abrir o ensino aos filhos dos trabalhadores.
- Criar a Universidade nocturna para o trabalhador-estudante.
- Via única de ensino secundário.
- Prosseguir com melhoramentos cada vez mais profundos do ensino.
- Atacar de base o problema da superlotação escolar.

IMPORTA ir mais longe na consecução destes objectivos iniciais.

IMPORTA aplicar soluções de fundo que actuem sobre a raiz dos problemas e não soluções de remendo que degradem ainda mais a situação do ensino

e que conduzam inevitavelmente à sua paralização.

IMPORTA abrir as portas das escolas aos filhos dos trabalhadores.

URGE pois a institucionalização do ensino pré-primário oficial e gratuito, nomeadamente e desde logo nas zonas industriais.

URGE pois alongar tanto quanto possível o ensino básico, ampliar a sua rede escolar, torná-lo gratuito e promover uma política de apoio social generalizado ao jovem estudante (como apoio médico-sanitário, subsídios para material escolar, transportes e alimentação).

URGE apoiar os trabalhadores-estudantes, nomeadamente na criação de Universidades nocturnas, apoio social, criação de cursos por correspondência e ensino à distância.

IMPORTA unificar o ensino secundário, primeiro passo para a criação de uma Escola de Ensino Geral e Politécnico e um dos pontos chaves para a democratização do ensino. Medidas desta natureza, de transformação estrutural, são a resposta mais eficiente ao actual problema da superlotação escolar.

IMPORTA criar condições para que as escolas formem quadros técnicos e cientificamente aptos, bem como dedicados ao processo de democratização e à construção de um Portugal verdadeiramente livre e democrático. Assim o exige o dinamismo da evolução política do país. Assim o exige o Povo Português.

URGE pois continuar a renovação dos planos de estudo, introduzindo disciplinas de formação política, social e urbanística em cursos técnicos e científicos, criando e desenvolvendo os cursos de maior necessidade social, ligando acentuadamente o ensino à prática e à produção, continuando a eliminar a ideologia reaccionária na escola e a orientar o ensino por valores progressistas, fortalecendo o espírito de trabalho colectivo bem como o espírito crítico e amplamente colaborante do estudante na vida da escola, combatendo o autoritarismo, aperfeiçoando na prática o modelo de gestão democrática das escolas, ligando as organizações sindicais e outras estruturas de massas à definição da política escolar.

IMPORTA atacar pela base o problema da superlotação escolar, herança política do fascismo.

URGE, pois, além de alterações estruturais como as já indicadas, o aumento do orçamento educacional, a extinção das escolas privadas, o controle estadual do ensino, a rápida construção de estabelecimentos escolares e o seu eficaz apetrechamento escolar, a criação de novos cursos, o começo de preparação massiva de pessoal docente qualificado.

URGE, com esta última finalidade, a criação de institutos pedagógicos.

AS ESCOLAS NAS RUAS E AS RUAS NAS ESCOLAS

- O vital interesse do povo trabalhador na renovação cultural e na democratização do ensino; o papel das AAEE na prossecução desse e de outros objectivos.
- Importância da intervenção das AAEE nos âmbitos de Alfabetização, Educação Sanitária e Dinamização Cultural.
- O significado do Serviço Cívico Estudantil e o seu papel na formação integral do estudante.

As massas trabalhadoras e o Povo Português encontram-se vitalmente interessados na democratização do ensino e no lançar de bases de uma autêntica renovação cultural no seio do País.

Os avanços no ensino e nas perspectivas culturais fazem-se de mãos dadas com as lutas do movimento popular de massas contra os monopólios e os latifúndios.

Mobilizar as massas estudantis para a democratização do ensino é seguramente a melhor forma de as arrancar à tutela dos grandes grupos financeiros.

Mobilizar as massas estudantis para a sua participação na elevação do nível cultural do Povo Português e de outra formas de reconstrução nacional é seguramente a melhor forma de colaboração dos estudantes na consolidação e avanço do processo democrático em curso.

Tal acção, massiva e efectiva só poderá ser levada a cabo de forma organizada. Fortalecer a unidade estudantil é também, neste momento histórico,

aliá-la ao Povo Trabalhador na prossecução dos seus objectivos mais sentidos. Importantes perspectivas se abrem pois às Associações de Estudantes e a uma forte e representativa União Nacional de Estudantes Portugueses, por estes a erigir democraticamente.

O prestígio popular e o êxito da primeira iniciativa de massas levada a cabo pelos estudantes depois de 25 de Abril, as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária, impulsionará certamente a massa estudantil ao seu aprofundamento e enriquecimento.

Importa que todas as AAEE deem o seu melhor apoio à criação de Secções de Alfabetização e Educação Sanitária, viradas para a dinamização regional daquelas tarefas e para a programação de iniciativas de âmbito mais alargado.

Impõe-se que todas as Secções (culturais e desportivas) e Organismos das AAEE se integrem organizadamente em Campanhas de Dinamização Cultural, juntamente com o M.F.A..

Impõe-se a efectivação de um Serviço Cívico Estudantil que congregue voluntariamente todos os estudantes em moldes a definir. Devido aos actuais problemas de superlotação escolar a participação dos estudantes candidatos ao primeiro ano do ensino superior deverá ser estudada em particular.

O S.C.E. será, pela sua efectiva ligação às escolas, o início da ligação do ensino à vida e à prática, o melhor contributo para o aprofundamento da Reforma Geral e Democrática do Ensino.

O S.C.E. representará a criação de um novo tipo de estudante, ligado às realidades do Povo Português e definitivamente comprometido com o processo de democratização em curso.

O S.C.E. representará a melhor forma de colaboração estudantil para a construção das infra-estruturas materiais e sociais de maior carência nas zonas mais subdesenvolvidas do País.

Colocar esta opção original de Inquirir e optar por um ensino tra-
dicional que reforçe o prévio. Agradeço a todos e ao senhor, e uma
No contrário estamos interessados em transitar para a abordagem de quem
sonância com o avanço do processo. Deverá ser o que o progresso
ao serviço do Povo Português. Agradeço a sua efectiva. S.C.E. será.

A actual situação tem muito a ver com a crise que rãmon
ta do sistema fascista e com a inoperância dos primeiros ministros.
cação e cultura; tem muito a ver com a oportunidade de aca-
vezes o o serviço.

TRATA-SE de, aproveitando as posições conquistadas pelos sectores progressistas da Universidade, particularmente os estudantes, depois de 25 de Abril, pressionar o governo no sentido de uma melhor redistribuição das verbas para o ensino, tendo em conta que isto só será possível com uma conseqüente política anti-monopolista e anti-latifundiária.

TRATA-SE de criar a curto prazo um sistema eficaz de bolsas que permita a entrada na Universidade de um cada vez maior número de estudantes provenientes das classes trabalhadoras.

TRATA-SE de criar cursos novos que correspondam às exigências da actual situação política.

TRATA-SE de definirmos um sistema cada vez mais justo de aprendizagem e avaliação de conhecimentos.

TRATA-SE enfim de definir em termos progressistas um novo conteúdo das matérias leccionadas.

É em torno destas questões que os estudantes terão de desenvolver a sua luta, que é também do Povo Português. Não actuarmos neste sentido, perdermos o nosso tempo a discutir questões marginais, autênticas manobras de diversão, é assistirmos impávidos ao desmoronar de um edifício que temos o obrigaçã de construir.

Não se trata de remendar qualquer Universidade caduca, trata-se sim de democratizar a escola.



A AAC, FORMA SUPERIOR DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA

Julgamos que a A.A.C. seja a mais antiga das AAEE, e seguramente é hoje aquela que maior número de estudantes abrange e a que está voltada para um mais multifacetado conjunto de iniciativas e campos de actividade.

Daí o seu relevo e preponderância ao nível do país, na opinião pública, das instâncias governativas e até das restantes Academias. Prioritária nos parece, pois, a tomada de consciência pelos estudantes, da responsabilidade que deve presidir a todas as posições e actuações assumidas em nome da A.A.C. que podem prestigiar ou desprestigiar o M.A. no seu conjunto, assim como o papel relevante que a nossa Associação deve ter a vários níveis, mormente no campo do ensino, da gestão da Universidade e serviços afins, na defesa dos interesses estudantis a todos os níveis.

A D.G. da A.A.C. representa a Academia na sua totalidade e rege-se na sua actuação pelo programa aprovado nas eleições, e nas posições tomadas a cada momento pelas assembleias representativas de estudantes.

A A.A.C. CENTRO IRRADIADOR DE CULTURA POPULAR

Os estudantes, como grupo social previligiado, têm acesso à informação, o que lhes proporciona a detenção de um certo saber (contaminado embora pela ideologia dominante) e o exercício da crítica e da inteligência, conferindo-lhes, consequentemente, pesadas responsabilidades.

Deve, assim, a actividade cultural da A.A.C., ser dirigida em duas grandes direcções:

- prestação de apoio e colaboração com colectividades populares, inserindo-se nas grandes campanhas nacionais de esclarecimento e dinamização sócio-cultural.

- dinamização da actividade cultural junto dos próprios estudantes, suprimindo deste modo as lacunas que ainda se verificam neste campo.

SECÇÕES CULTURAIS, ORGANISMOS AUTÓNOMOS, C.CULTURAL

- Encontrar formas de intervenção e coordenadas que proporcionem ao longo do ano uma actividade cultural contínua.
- Autonomia interna das Secções Culturais embora inseridas num todo associativo.
- Definição de linhas globais de orientação cultural da A.A.C..
- Participação dos organismos autónomos no Conselho Fiscal.
- O Conselho Cultural como órgão coordenador e dinamizador de todas as actividades culturais da A.A.C..
- Definição e apêndice ao Programa das normas que devem presidir à utilização do Teatro Gil Vicente.

A actividade cultural da A.A.C. deve responder às exigências do meio estudantil no campo cultural e ao mesmo tempo, ser orientadas no sentido de uma verdadeira participação nas campanhas que estão a ser levadas a cabo pela promoção sócio-cultural das populações.

Pensamos que não se pode limitar a actividade das secções e dos O.A.A., à apresentação de espectáculos e à promoção de iniciativas isoladas e desordenadas, mas urge encontrar formas de intervenção coordenadas e concertadas, que proporcionem ao longo do ano, uma actividade cultural contínua que sirva os interesses dos estudantes e vá de encontro às necessidades das mais vastas camadas populacionais.

As secções culturais, embora com plena autonomia interna para eleger os seus representantes, para regulamentar a sua actividade interna e para elaborar o seu plano de actividades, pensamos que, enquanto estruturas inseridas num todo associativo, as suas actividades não poderão ir contra o programa geral de orientação plebiscitada pelos estudantes nas eleições para os

seus corpos gerentes.

Quanto aos O.A.A., *preservando* embora, a sua plena autonomia, achamos que é absolutamente necessária a intensificação de contactos com as secções e centros de estudo, no sentido de se encontrar uma linha global de orientação, que presida à política cultural para a A.A.C..

Assim, a partir de representantes das Secções Culturais e dos Organismos Autónomos, deverá surgir um Conselho Cultural mais alargado que o actual e ao qual presidirá um representante da Direcção Geral.

Estendemos assim, aos Organismos Autónomos a possibilidade de se fazerem representar no Conselho Cultural com o mesmo número de representantes das secções e Centros de Estudo - quatro.

Ficará, pois, este Conselho de nove pessoas a ser o órgão máximo, coordenador e dinamizador de todas as actividades culturais da Associação segundo o programa de actividades escolhidas pelos estudantes; julgamos que, desta forma, melhor se conseguirá a desejável unidade de esforços que possa permitir um aproveitamento das diferentes capacidades de iniciativa, evitando-se a já verificada multiplicação de actividades paralelas.

Será também a este Conselho Cultural que deverá caber a programação Cultural do Teatro Académico de Gil Vicente, enriquecendo-a com as mais diversas iniciativas.

Quanto ao Teatro, julgamos que deve visar dois objectivos essenciais: servir como casa de espectáculos e Sala de Cultura-Cinema, Teatro, Comícios, Exibições Musicais, etc., e ser utilizada como Sala de Reuniões, Assembleias, Colóquios, etc..

Será, pois, ao Conselho Cultural (provavelmente através da constituição de um secretariado permanente para o T.G.V., do qual fará obrigatoriamente parte, um elemento do C.E.C.) que caberá a programação cultural do Teatro.

O estabelecimento de um critério para a utilização do Teatro, tendo em conta a sua utilização comercial e a sua utilização para fins associativos, deverá obedecer a determinada ordem de prioridades.

Durante a campanha eleitoral proporemos aos estudantes (como apêndice do Programa) as normas que deverão presidir à utilização do T.G.V. e que será plebiscitado aquando da aprovação do Programa.

Em relação a todas as questões que posteriormente surjam deverá ser a D.G., como estrutura representativa dos estudantes de Coimbra, que deverá de liberar em conformidade com o que estes decidirem.

DEPARTAMENTOS ASSOCIATIVOS

- Apoio técnico exclusivamente a estruturas representativas ou outras que surjam no âmbito do M.A.

Deverão funcionar na dependência da Direcção-Geral da A.A.C., segundo os princípios definidos no programa Associativo, os seguintes departamentos:

- Gabinete de Informação e Ligação à Imprensa.
- Secção de Propaganda.
- Secção Editorial.

A Secção Editorial, para que possa de facto estar ao serviço de todos os estudantes, necessita de ser convenientemente regulamentada no seu funcionamento, com vista a resultar o mais claro possível quem deve ter acesso ao Aparelho Técnico da A.A.C..

Assim, pensamos que deverão apenas ser publicados na A.A.C. textos representativas de estruturas associativas ou estruturas que surjam no âmbito do M.A., como sejam: cursos, faculdades, secções e organismos da A.A.C., convocatórias da A.M. e reuniões abertas e públicas de estudantes.

Quanto a grupos políticos, surgindo sob que designação surgirem, não deverá a A.A.C. prestar-lhes qualquer tipo de apoio técnico enquanto tal. Esta posição não pretende ignorar a existência de diversas tendências de opinião no seio dos estudantes, pretende sim reafirmar que o M.A. não é um movimento de organizações políticas em que grupos inimigos se degladiem e a todo

o custo se hostilizem. É na base de interesses e objectivos comuns que os estudantes deverão avançar no desenvolvimento de esforço e na busca de soluções que a cada momento assumam como suas.

O Centro Experimental de Rádio ficará dependente do GILI no aspecto noticioso mas no âmbito de programação musical e outra será autónomo, aberto a todos os estudantes e com responsáveis eleitos pelos colaboradores inscritos na própria secção; para além de transmitir programas para as instalações associativas, colaborará ainda com emissores particulares e oficiais em especial com a Rádio Estudantil.

A A.A.C. NA LUTA POR UM DESPORTO DE MASSAS

A - O Que Entendemos Por Desporto ?

- Criação de uma verdadeira cultura desportiva

O desporto deve ser encarado como um *instrumento de educação* e, como tal, englobado num processo sócio-cultural.

É certo que a prática desportiva leva, ou pode levar, ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de certas capacidades físicas e psíquicas indispensáveis a um indivíduo, mas essa prática desportiva deve ser encarada como salutar, promotora de convívio e oferecer ao praticante a possibilidade de participação na melhoria social e cultural da comunidade. Assim, a prática do desporto -é uma condição necessária mas não suficiente. Para efectivamente, se atingirem as finalidades expressas impõe-se uma cultura desportiva de modo a que o praticante se situe na comunidade em que está inserido, reflectindo sobre ela.

Resumindo: o desporto deve ser orientado no sentido do melhor esclarecimento do indivíduo, numa verdadeira e efectiva tomada de consciência,

por parte do praticante, do mundo que o rodeia e em que se insere. A prática e teoria da vida desportiva constituem um todo - *cultura desportiva*.

B - Como Avançar Para Um Desporto De Massas Na Universidade ?

- Interessando o estudante pela prática desportiva no seio da comunidade universitária.
- Apresentação de uma plataforma mínima de animação desportiva na Universidade.

Ao tratar o desporto na Universidade é necessário a perspectiva de que o estudante universitário não está salutarmente habituado a enfrentar a prática desportiva. Não foi em vão que durante a ditadura fascista o desporto, e reflexamente o desporto universitário, serviram para meros festivais de propaganda da "harmonia" da vida escolar e de um pretenso desporto de massas.

É, portanto, urgente que se motive o estudante para a prática desportiva no seio da comunidade universitária. É urgente a ampla dinamização da prática de convivência social, da cooperação numa prática social significativa - a busca da cultura desportiva progressista. Deste modo propomos para discussão nas secções desportivas e no seio dos estudantes a seguinte plataforma mínima de animação desportiva universitária:

- 1º - Criação com base nos actuais praticantes de desporto das secções da A.A.C. de *Comités de Animação Desportiva nas Escolas* que permitam um efectivo esclarecimento dos estudantes sobre a prática desportiva e sobre as estruturas materiais que podem utilizar.

- 2º - Aproveitamento do Professor de Educação Física da Univer

sidade na promoção e dinamização das iniciativas dos Comitês de Animação.

3º - Formação de um Organismo Centralizador dessas iniciativas na A.A.C. com representantes:

- a) Do Conselho Desportivo, da D.G. e Secções Desportivas.
- b) Representantes dos Comitês de Animação Desportiva nas Escolas.
- c) Professor de Educação Física da Universidade tendo como função a dinamização geral da animação desportiva na Universidade, para o que lhe deverão ser fornecidos fundos próprios.

CONSELHO DESPORTIVO

- Coordenação e dinamização das actividades desportivas da A.A.C.

As actividades desportivas da A.A.C. serão dinamizadas e coordenadas por um Conselho Desportivo, responsável perante a D.G. e composto por um representante desta e por quatro praticantes eleitos em R.G.S.D. (Reunião Geral de Secções Desportivas).

Deste modo compete ao Conselho Desportivo:

- 1 - Orientar as iniciativas e actividades das diferentes secções (colôquios, publicações, manifestações desportivas, etc.).
- 2 - Apreciar todo o tipo de problemas e dificuldades das Secções quanto ao seu funcionamento, instalações, financiamentos, etc.
- 3 - Estabelecer as relações de colaboração com o Conselho Cultural no

sentido da realização de iniciativas conjuntas.

4 - Estabelecer as relações de intercâmbio com associações populares; sindicatos; clubes; etc..

5 - Dinamizar a Animação Desportiva Universitária.

SECÇÕES DESPORTIVAS NUMA PERSPECTIVA FEDERATIVA DAS AAEE

- Coordenação e articulação das secções desportivas da A.A.C. com as outras organizações desportivas estudantis através da criação de uma estrutura a nível nacional funcionando como secretariado.
- Alargamento de facto do âmbito da actividade das secções desportivas da A.A.C. e todos os estudantes não universitários.

A articulação das secções desportivas da A.A.C. com as organizações desportivas estudantis do país deve ser cada vez mais estimulada, no sentido de uma mais ampla conjugação de esforços tendentes à evolução e acompanhamento de toda a estrutura federativa das AAEE em que estão englobadas. No respeitante à parte desportiva, a divulgação e informação das acções a realizar por cada AE e ainda a cooperação a estabelecer, devem ser coordenadas e dinamizadas por um organismo funcionando como secretariado, com base nas estruturas de desporto universitário do Porto, Lisboa e Coimbra.

A perspectiva que já existe nas secções desportivas da A.A.C. de que elas devem estar abertas a todos os estudantes não universitários deverá ser concretizada a curto ou médio prazo num alargamento *de facto* do âmbito de actividades às outras escolas do ensino médio e superior de Coimbra.

Quer isto dizer, que na perspectiva de as acções servirem outros estudantes que não os da Universidade também estes devem participar na sua direc

ção.

Não temos a ilusão de ser este um processo fácil, encontrando-se intimamente relacionado com o desenvolvimento do M.A. nas outras escolas de Coimbra.

OS SERVIÇOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Participação estudantil na direcção dos Serviços Sociais através de um Conselho Administrativo que integre representantes dos Trabalhadores, Funcionários, representantes da Reitoria e dos Estudantes.
- Radical melhoria dos funcionamento das Cantinas.

Se bem que hoje em dia os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra desempenham muitas funções que outrora, sob o fascismo, cabiam às AAEE no campo da prestação de serviços, não é justa a perspectiva de que os S. S.U.C. devam servir apenas os estudantes, quando hoje em dia servem de facto toda a Universidade. Não poderemos por isso reivindicar o seu controle unicamente pela massa estudantil.

É urgente, pois, que se defina a participação estudantil na direcção dos Serviços Sociais, a qual cremos poder fazer-se através de um Conselho Administrativo integrando representantes dos trabalhadores e funcionários da Reitoria e dos estudantes.

Dada a extrema complexidade que a gestão dos S.S. assume deverá ser contratado um director dos S.S. com funções meramente executivas, o qual responda perante o Conselho Administrativo e dele receba as directrizes para o seu funcionamento.

Dispõem os S.S. neste momento de cantinas, infantário e jardim infantil, serviços médicos e de enfermagem, serviço de textos, livraria e papelaria, super-mercado, droguaria e perfumaria, bem como várias residên

cias de estudantes.

Na generalidade todos eles estão ultrapassados em relação às necessidades crescentes da massa estudantil.

No que respeita às cantinas é do conhecimento geral que o seu déficit atinge a ordem dos quarenta contos diários. Desde logo, e relacionando estes factos com a má qualidade dos serviços prestados, somos levados a crer que algo não está bem no seu funcionamento.

Por aquilo que nos é dado verificar, nem só ao baixo custo das refeições poderemos atribuir a responsabilidade desse déficit. É essencialmente a própria estruturação dos Serviços Sociais que deveremos estudar a fim de podermos chegar a conclusões válidas.

Um dos exemplos mais flagrantes do que acabamos de enunciar é o facto de o armazém de mercadorias se encontrar disperso por vários locais, inclusivê um átria, zona obviamente não susceptível de qualquer controle. Se a isto aliarmos uma certa desorganização de serviços, stoques exagerados, falta de uma estruturação estatal de abastecimento de géneros, teremos uma imagem muito aproximada da realidade.

Tudo ponderado somos levados a crer que não é essencialmente o aumento de preço das refeições que poderá diminuir o encargo suportado ainda na sua maior parte pelo povo trabalhador.

Medidas imediatas de reestruturação deste serviço se impõem:

- a elaboração de um inquérito a estes serviços a efectuar por entidade idónea.
- a criação de novo armazém mesmo que provisório.
- a continuação de utilização sistemática do concurso público de fornecimentos de géneros (método posto nos últimos tempos em prática com resultados quase espectaculares).
- a criação de um sistema de escalões por forma a que os utentes com menores disponibilidades económicas se possam utilizar das cantinas a preços extremamente baixos enquanto outros com melhores possibilidades se utilizarão delas a preços que progres

sivamente se aproximem do custo real da refeição.

Serão estes passos decisivos para que as cantinas passem a ser definitivamente postas ao serviço dos estudantes e demais utentes.

INFANTÁRIO - JARDIM INFANTIL

Apesar da insuficiência de instalações constatamos que este é um dos serviços que melhor funciona.

Neste sentido apenas constatamos necessário que num prazo mais ou menos curto se proceda à aquisição ou arrendamento de edifícios que permitam ampliar a capacidade dos já existentes dadas as carências que se têm vindo a sentir.

Se bem que tenha havido já certa moralização no acesso a estes serviços notam-se ainda numerosas irregularidades que podem ser suprimidas com a ampliação de um critério onde avultam as condições económicas dos candidatos, embora integrado por outros factores a estudar (por exemplo, a situação de filho de dois estudantes, etc.).

SERVIÇO DE TEXTOS

Embora seja utópico pensar que o Serviço de Textos esteja preparado a curto prazo para desempenhar cabalmente as actividades que reconhecemos serem da sua responsabilidade, muita coisa se poderá fazer nesse sentido,

Assim,

- a estrita utilização desses serviços pela Universidade segundo uma escala de prioridades a estabelecer com a Reitoria.

- a possibilidade de contratos com tipografias que possam executar os trabalhos para os quais o Serviço de Textos não estão desde já apetrechados.
- a criação de um serviço de crédito que permita àqueles que o necessitam a divisão do pagamento de livros e sebatas por vários meses,

estarão entre as medidas que pugnamos neste domínio, para que os estudantes possam extrair deste serviço os benefícios a que têm direito.

MÉDICO-SOCIAIS

São notórias as deficiências de funcionamento destes Serviços que não podem ser só imputáveis a factores estruturais. Outras questões há a resolver tais como as faltas sistemáticas às consultas, muito especialmente no campo da Estomatologia, impondo-se a curto prazo a modificação radical da sua marcação.

Importante ainda neste domínio a inexistência de assistência medicamentosa - é urgente a criação da Farmácia - e o alargamento de serviço de urgências domiciliárias.

SERVIÇO DE PROCURADORIA

Não existe no leque de serviços prestados um serviço de Procuradoria que efectivamente sirva todos os estudantes.

A Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra, entidade que tem a seu

cargo praticamente a sua prestação, é de facto uma empresa privada cujo estatuto urge estudar a fundo com vista à sua incorporação nos S.S., única maneira de a colocarmos ao serviço e sob o controle estudantil.

RESIDÊNCIAS

Apesar de recentemente as residências da famigerada M.P. se terem vindo a integrar nos S.S., é irrisório o número de estudantes a quem se pode garantir alojamento.

Para além de tudo tentarmos fazer para que as novas instalações surjam, defenderemos intransigentemente um controle rigorosíssimo no seu acesso aproveitando, aliás, as experiências já feitas neste domínio.

Não poderemos, por último, deixar de focar a importância fundamental que os Serviços Sociais poderão ter na democratização do acesso à Universidade.

Num momento em que se pretende construir uma Universidade do Povo e para o Povo dever-se-á apontar uma organização para os S.S. que lhes permita garantir o acesso e manutenção na Universidade daqueles que até agora praticamente dela estiveram arredados.

Concentrada nos S.S. a responsabilidade pela concessão de Bolsas de Estudo, poderão os estudantes a partir de agora definir os critérios da sua atribuição e o modo como serão atribuídas (alimentação, alojamento, monetárias).

A impossibilidade prática de proceder, por vias oficiais e com uma certa margem de segurança, à investigação das condições económicas de cada estudante terá de ser suportada quer através da elaboração de um inquérito para a generalidade da população estudantil, quer através do recurso a técnicas (de assistência social e outras) que permitam, respectivamente, forne

cer uma visão geral do problema a assegurar a justeza da decisão para cada passo concreto.

Importante se tornará também a participação directa dos interessados neste processo não só individualmente como em amplas reuniões.

Importante se tornará também a participação directa, individual ou colectiva, de todos os interessados com vista à prossecução e melhoramento da eficácia deste processo.

 **
 *

APENDICE AO PROGRAMA

REGULAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO T.G.V.

A necessidade da existência de normas mínimas que regulamentem a utilização do Teatro de Gil Vicente e estabeleçam um determinado critério de prioridades, leva-nos a por, desde já, à consideração dos estudantes uma proposta que desejamos amplamente discutida durante a campanha eleitoral e que será plebiscitada conjuntamente com o programa.

O T.G.V. como instalação associativa deve, em primeiro lugar, estar ao serviço de todos os estudantes e como tal todas as actividades de âmbito associativo, directamente relacionadas com a vida estudantil e Universitária deverão ter prioridade sobre qualquer outro tipo de realização. No entanto como casa de espectáculo deverá o T.G.V. continuar a sua actividade cinematográfica normal e paralelamente, nele poderão ser levadas a cabo as mais diversas iniciativas.

Assim deverá o T.G.V. ser utilizado prioritariamente por:

- 1 - Realizações associativas (Assembleias Magnas, de Faculdade, de Curso, iniciativas de D.G., Conselho Cultural, Secções, Co

missões do G.V., etc).

2 - Os organismos autónomos e as suas realizações.

3 - Iniciativas culturais ou pedagógicas da Reitoria, Faculdades, Institutos, Secções, Departamentos, dos Funcionários da U.C. e as actividades culturais ou pedagógicas produzidas por estruturas académicas representativas de estudantes de outros estabelecimentos de ensino.

4 - Actividades Culturais ou pedagógicas promovidas por organizações sindicais e organismos culturais e de recreio de carácter popular e com um passado nitidamente anti-fascista.

5 - Actividades políticas levadas a efeito por Partidos, Movimentos, Associações, Ligas, etc., cujo programa político e actuação prática sejam anti-fascistas e anti-colonialistas.

As realizações referidas nas alíneas 1,2 e 3 são gratuitas. Para todas as outras a cedência do Teatro deverá ser feita mediante contrato entre a D.G. e a entidade interessada e deve, em termos monetários, cobrir o quantitativo médio da comercialização de espectáculos, acrescida das despesas com o pessoal e luz.

Consideram-se com direito à utilização do Teatro, tanto as actividades produzidas pelas estruturas acima referidas, como as promovidas por essas entidades.

Todas as realizações a levar a efeito no T.G. terão obrigatoriamente carácter público.

As organizações que levarem a cabo, actividades no T.G.V. são responsáveis por todos os danos daí decorrentes.

Deve-se entender a actividade cinematográfica normal como função social, não só atendendo à actuação cultural dos filmes exibidos como, em virtude das receitas dos mesmos entrarem directamente para os cofres dos Serviços Sociais da U.C.. Assim, deve-se fazer uma justa ponderação nas reali-

zações que sejam sugeridas para a noite, pelo que estas deverão interessar à grande maioria dos estudantes.

Em todas as questões que posteriormente surjam, deverá ser a D.G. que, como estrutura representativa de todos os estudantes, deliberará de acordo com o que estes decidirem.

LISTA C - UNIR OS ESTUDANTES,
DEMOCRATIZAR A ESCOLA

DIRECÇÃO GERAL SUPLENTE



Seabra-39C



António
Rodrigues-39M



Dourado-39C



Guida
Viegas-39C



Judite
Castro-49C



Lígia-29E



Eduardo
Castro-39C

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL SUPLENTE



Múrias-49L



Carlos Fèrrer-29D



Isabel Roldão-39C



Paulo Vasco-49M

CONSELHO FISCAL SUPLENTE



Santos-39C



Glória-49C



Paula Figueiredo
49D

